

MANEJO insustentável

Sistema feito para preservar florestas permitindo exploração comercial das árvores tem baixa produtividade

RODRIGO VARGAS
DE CUIABÁ

Um estudo da USP mostrou que o manejo sustentável de florestas nativas é, ao menos do ponto de vista econômico, insustentável.

A ideia do manejo é extrair as árvores para exploração comercial de forma controlada, com impacto ambiental mínimo, para garantir a preservação da floresta.

O sistema é considerado como um caminho para gerar renda e frear o desmatamento ilegal na Amazônia.

Mas, segundo a pesquisa, o modelo atual não permite a regeneração das árvores mais valiosas e tende a perder rentabilidade após o primeiro corte para comercialização da madeira.

A insustentabilidade econômica, aponta o estudo da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), pode fazer fracassar a política federal de concessão de florestas, além de impulsionar a busca por novas áreas de exploração.

“O manejo atual é baseado em um ciclo de corte de 30 anos. O que constatamos foi que esse intervalo não permite a recuperação das espécies com maior interesse comercial”, diz o coordenador da pesquisa, Edson Vidal.

As espécies mais afetadas são ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), freijó-cinza (*Cordia goeldiana*) e cedro-vermelho (*Cedrela odorata*).

No caso do jatobá, o rendimento em uma mesma área cai 80% entre o primeiro e o segundo corte, diz Vidal.

O ipê é ainda mais problemático: uma área que renda 100 m³ hoje produzirá apenas

4 m³ em 30 anos. “Nossa preocupação é que, na ausência dessas árvores mais valorizadas, pode haver pressão [exploração ilegal] sobre novas áreas da floresta”, diz o pesquisador.

MÉTODO

As estimativas de recuperação de florestas onde é feito o manejo sustentável foram obtidas ao longo de dez anos em uma área de 200 hectares no município de Paragominas (PA).

Localizada em uma fazenda particular, a área foi dividida em três segmentos: 70 hectares foram explorados do modo tradicional; 100 hectares tiveram árvores retiradas seguindo técnicas de redução de impacto e 30 hectares foram mantidos intactos, para comparação.

Os resultados foram obtidos a partir da área explorada de forma menos agressiva. Segundo o professor, isso indica que as boas práticas de manejo não são suficientes para assegurar a recomposição e o valor comercial das florestas.

O estudo sugere a adoção de ciclos de corte (intervalo entre um corte e outro) específicos por espécie ou grupo de espécies. No caso do jatobá, 50% da produtividade original pode ser retomada em 60 anos, diz a pesquisa.

Os resultados foram recebidos com contrariedade por representantes do setor florestal. O pesquisador, porém, afirma que o estudo não desaconselha o manejo.

“Eu acredito no manejo, mas não vou deixar de apontar as questões que preocupam. É preciso mostrar à sociedade que algumas coisas precisam ser melhoradas.”

Quais são as regras de um plano de manejo sustentável?

- > Ciclos de 30 anos para cada parte da área explorada
- > Só podem ser extraídas árvores com, no mínimo, 45 cm de diâmetro à altura do peito
- > O volume total extraído por hectare não pode ser superior a 35 metros cúbicos
- > 10% das árvores em tamanho comercial devem ser deixadas em pé para servir como matrizes
- > É permitido extrair espécies raras se sua densidade for superior a cinco árvores de tamanho comercial a cada 100 hectares

MODELO IMPRODUTIVO

Rendimento de áreas de exploração sustentável cai drasticamente após o primeiro corte, diz estudo

RENDEMENTO EM QUEDA

Mesmo seguindo todas as regras atuais, e ainda usando técnicas de redução de impactos, a recuperação de espécies mais valorizadas pode levar cem anos ou mais. Ipê é o que mais sofre



MAÇARANDUBA



JATOBÁ



O que sugere o estudo?

- > Ciclos mais longos, definidos por espécie ou grupo de espécies
- > Ajuste nos limites de colheita
- > Aumento no diâmetro mínimo de corte
- > Plantio imediato de espécies raras nas clareiras formadas pela exploração

Fonte: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP)

Diretor do serviço florestal defende modelo de negócio

DE CUIABÁ

Para o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Antonio Carlos Hummel, a estimativa de que algumas espécies de árvores não vão se recompor em 30 anos é certa, mas não deve ser “motivo de alarme” para o setor.

Responsável pelo programa de concessão de Florestas Públicas Federais, Hummel argumenta que o manejo sustentável envolve hoje mais de 50 espécies, em um mercado “dinâmico”.

“Daqui a 30 anos, o mercado será outro. Espécies que hoje são valorizadas podem perder espaço para outras. O importante é que o manejo continuará a ser um bom negócio, e a reserva de biodiversidade será mantida”, diz.

Hummel afirma não ver risco de uma eventual queda de rentabilidade impulsionar a exploração ilegal. “Em 30 anos, o consumidor será muito mais exigente em relação à origem da madeira.”

João Carlos Baldasso, presidente do Cipem (entidade que reúne oito sindicatos de madeireiros de Mato Grosso), diz que as constatações do estudo da USP serão “reguladas pelo mercado”.

“Se faltar ipê, teremos outra madeira para ofertar, e ela será valorizada. Há poucos anos, ninguém diria que o cumaru teria a valorização que tem hoje.”

Baldasso, que também preside o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal, questiona o “espectro limitado” da pesquisa.

“Uma área de cem hectares em Paragominas não pode servir de base para toda a Amazônia”, afirma.

“Eu acredito no manejo florestal, mas não vou deixar de apontar as questões que preocupam. É preciso mostrar à sociedade que algumas coisas precisam ser melhoradas”

EDSON VIDAL
pesquisador da Esalq/USP